SER MÚSICO EM PORTUGAL

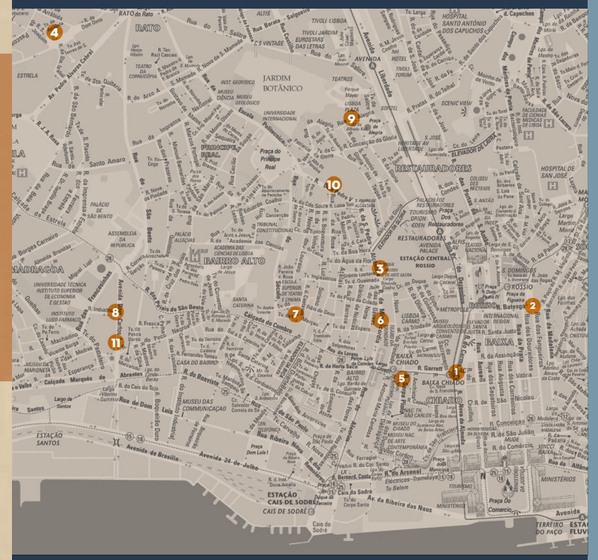
1750-1985

Organizada pelo projecto "PROFMUS – Ser músico em Portugal: a condição socioprofissional dos músicos em Lisboa (1750-1985)", a presente exposição reúne uma selecção de documentos, na sua maioria nunca antes mostrados ao público, provenientes dos arquivos históricos da Irmandade de Santa Cecília e do Montepio Filarmónico, ambos localizados na Basílica dos Mártires, e do Arquivo Histórico do Sindicato dos Músicos, depositado no Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria. Com especial enfoque no contexto lisboeta, a vastíssima documentação conservada nestes acervos constitui uma fonte essencial para a história da vida musical em Portugal entre o final do Antigo Regime e a adesão à CEE.

No decorrer deste longo período, as instituições profissionais criadas pelos músicos portugueses acompanharam as profundas transformações sociais, culturais e políticas do país, com reflexos importantes na estruturação das suas carreiras, na negociação do seu estatuto socioprofissional e, sobretudo, na forma como se definiu e controlou quem podia, ou não, ser considerado "músico profissional". Por outro lado, o associativismo profissional dos músicos portugueses foi atravessado por preocupações que se mantiveram constantes ao longo destes quase dois séculos e meio de história, como a necessidade da certificação de competências ou as estratégias proteccionistas face à concorrência dos músicos estrangeiros e amadores ou às inovações tecnológicas.

Através de um percurso cronológico, esta exposição pretende revelar a extraordinária riqueza documental destes espólios, assim como estimular novos olhares sobre a história cultural e social dos músicos profissionais em Portugal.

"CASAS" DO ASSOCIATIVISMO MUSICAL EM LISBOA



IRMANDADE DE SANTA CECÍLIA

1. Convento do Espírito Santo da Pedreira 1603-88
2. Igreja de Santa Justa 1688-1755
3. Igreja de São Roque 1757-76
4. Igreja de Santa Isabel 1776-87
5. Basílica dos Mártires 1787-

MONTEPIO FILARMÓNICO 1834-
ASSOCIAÇÃO MÚSICA 24 DE JUNHO 1843-93 /
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MÚSICA DE LISBOA 1893-1904

5. Basílica dos Mártires

ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS MÚSICOS PORTUGUESES / SINDICATO NACIONAL DOS MÚSICOS

6. Rua do Mundo, 81 2º [actual Rua da Misericórdia] 1911-36

SINDICATO NACIONAL DOS MÚSICOS

7. Palácio Palmela, Travessa das Mercês, 3 1ºD. 1936-48
8. Av. Presidente 101 1ºE [actual Av. D. Carlos I] 1948-49
9. Rua da Alegria, 19 1º E 1949-51
10. Rua D. Pedro V, 60 3º D 1951-56

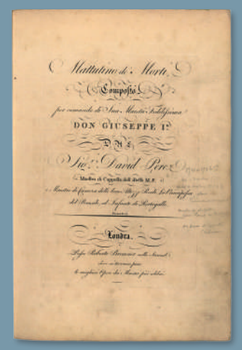
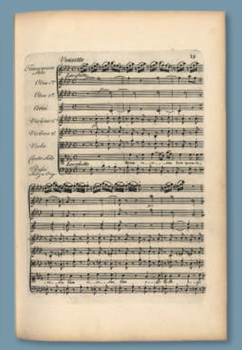
SINDICATO NACIONAL DOS MÚSICOS / SINDICATO DOS MÚSICOS

11. Avenida D. Carlos I, 72 2ºD 1956-2001

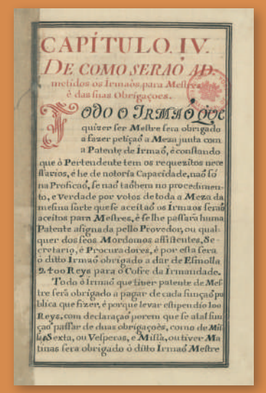
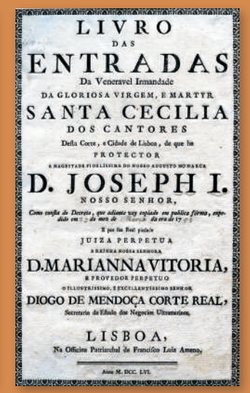
SANTA CECÍLIA PADROEIRA DOS MÚSICOS

A festa anual em honra de Santa Cecília constituia um acontecimento religioso, social e artístico de enorme relevo na vida musical de Lisboa, servindo ao mesmo tempo de demonstração da qualidade artística e de legitimação pública da comunidade dos músicos. A Irmandade de Santa Cecília celebrava a padroeira no dia 22 de Novembro e, cerca de uma semana depois, promovia uma cerimónia em memória dos Irmãos falecidos. O fausto destas festas, às quais assistia frequentemente a família real, é testemunhado por vários viajantes estrangeiros e crónicas na imprensa. Os vários compromissos dão especial destaque à festa, para a qual se montava um "coreto grande, capaz de caberem nelle a maior parte dos nossos Irmãos". Na sequência da reforma de 1843, as festas de Santa Cecília adquiriram novo brilho, tendo sido construído um coreto ainda maior, que descia em anfiteatro desde a altura do órgão até quase ao meio da nave da Basílica dos Mártires. Formado por diferentes peças de madeira engenhosamente combinadas, podia montar-se e desmontar-se com facilidade e comportar um coro e orquestra de amplas dimensões. A festa foi por diversas vezes retomada, inclusive no século XX, testemunhando o duradouro simbolismo de Santa Cecília no seio das associações profissionais dos músicos.

MATTUTINO DE' MORTI
DE DAVID PEREZ (1711-1778) FOI UMA OBRA REGULARMENTE EXECUTADA NAS FESTAS DE SANTA CECÍLIA, COMO EVOCAÇÃO EM MEMÓRIA DOS IRMÃOS FALECIDOS.

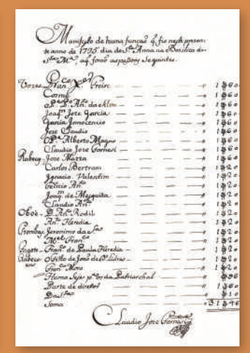



1750-1834

As confrarias e irmandades foram estruturas fundamentais da organização social e profissional do Antigo Regime. A Irmandade de Santa Cecília (ISC), estabelecida em Lisboa em 1603 e regulada por sucessivos compromissos, controlava praticamente todos os aspectos da actividade dos músicos, os quais tinham obrigatoriamente de ser admitidos nesta organização e de pagar uma quota ("anuais"). Contava com proteção real e com numerosos membros da nobreza como irmãos honorários, além dos profissionais "com verdadeira intelligencia da Musica", reconhecidos através da atribuição de uma Carta Patente.

Os associados que dirigiam actuações musicais eram obrigados a solicitar "Patente de Director" (ou de "Mestre" antes do Compromisso de 1766) e a declarar as suas actividades anualmente através dos chamados "Manifestos". Nestes devia constar o número de cantores e instrumentistas participantes, bem como o montante recebido e o local. Por cada evento deviam pagar 100 réis ("tostão da Santa"). A extensa colecção de Manifestos do arquivo histórico da ISC, com datas entre 1770 e 1832, permite identificar o nome de numerosos músicos, tanto portugueses como estrangeiros que trabalharam em Lisboa, fornecendo uma riquíssima panorâmica da vida musical. A Irmandade tinha também uma função assistencial em caso de doença, morte ou dificuldades económicas dos músicos e das suas famílias.



DOBRA

DOBRA

DOBRA

DOBRA

1834–1893

Com a difusão dos ideais liberais, a Revolução de 1820 e a queda do Antigo Regime (1834), dá-se uma proliferação de iniciativas que irão gerar um efervescente movimento associativo, especialmente em Lisboa, em particular com a criação da associação mutualista "Monte-pio Philarmonico" (1834), no seio da Irmandade de Santa Cecília, e outras colectividades que irão contribuir para um crescente quadro monopolístico e proteccionista em torno da classe dos músicos profissionais: a Associação Música 24 de Junho (1842), para zelar pelos contratos e direitos dos músicos de orquestra e assumindo pontualmente a produção de concertos com a sua própria orquestra; e a Academia Melpomenense (1845), uma sociedade de concertos e ensino para profissionais e amadores.

1893–1933

Em 1893, a Associação Música 24 de Junho é reformulada como Associação dos Professores de Música de Lisboa, reconfigurando-se como associação de classe. A Irmandade de Santa Cecília e o Montepio Filarmónico mantêm a sua actividade, sendo este último o principal esteio do associativismo musical lisboeta. Em 1904, perante uma crise que colocou em causa a continuidade das associações, o Montepio Filarmónico absorveu o espólio da Associação dos Professores de Música de Lisboa e tentou até ao final dessa década acumular essa actividade de representação associativa da classe dos músicos profissionais.

A Associação de Classe dos Músicos Portugueses foi fundada em 1909, pelos mesmos sócios que dissolveram, em 1904, a Associação dos Professores de Música de Lisboa. Num momento em que as actividades profissionais se encontravam em plena expansão, nomeadamente com o aumento de orquestras e grupos musicais nos cafés, music-halls e cinemas, assim como a multiplicação de filarmónicas militares e civis, a Associação de Classe dos Músicos Portugueses recuperou a acção protecionista e monopolística das associações que a antecederam. Em 1910, foi apresentada uma primeira tabela salarial, seguindo-se no ano seguinte a criação da Caixa Auxiliar dos Músicos Portugueses, a adesão à Confederação Internacional dos Músicos e a publicação do primeiro número do Boletim da Associação de Classe dos Músicos Portuguezes.

1933–1974

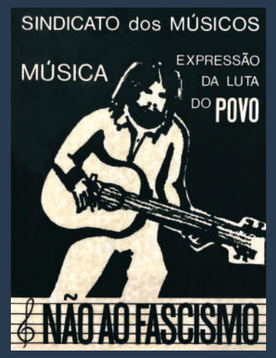
O sistema corporativo, implementado pela ditadura do Estado Novo em 1933, teve como principal objectivo controlar e vigiar o associativismo profissional. Os estatutos do novo Sindicato Nacional dos Músicos (SNM), promulgados a 28 de Dezembro desse ano pelo Secretário de Estado das Corporações e da Previdência, afirmaram o primado dos interesses da "Nação portuguesa" sobre a defesa dos direitos da classe, a proibição de colaborar com organizações internacionais, a rejeição da "luta de classes" e o abandono das acções reivindicativas, nomeadamente o apoio a movimentos de greve ou outras formas de contestação. A carteira profissional, criada em 1939, mas apenas regulamentada em Abril de 1945, nunca conseguiu impedir totalmente a realização de representações amadores remuneradas.

O regulamento da carteira profissional estipulava que os executantes que tocavam instrumentos "não ensinados no Conservatório" apenas se podiam inscrever como sócios auxiliares, com menos direitos e protecções que os sócios efectivos.

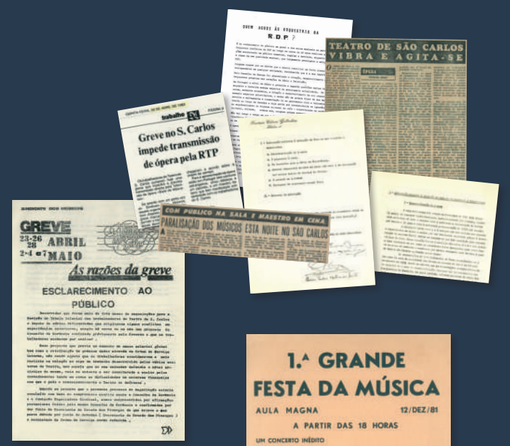
"PARA SE SER PROFISSIONAL MÚSICO NÃO BASTA FAZER BARULHO EM DETERMINADOS INSTRUMENTOS E HÁ QUE VEDAR A CONCORRÊNCIA DOS PSEUDO-MÚSICOS."

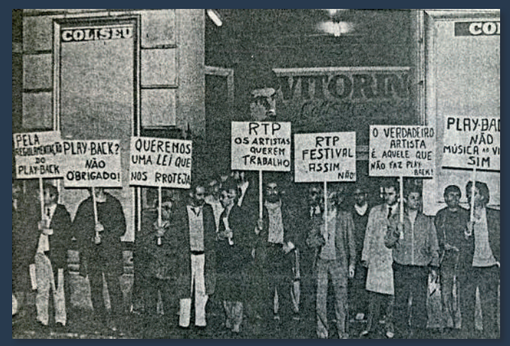
Mário de Sampaio Ribeiro, ofício ao Chefe da 2ª Repartição da Direcção Geral do Trabalho e Corporações. 20/08/1958.

1974–1985



Apenas cinco dias após a Revolução dos Cravos, tomou posse uma comissão *ad hoc*, que assegurou a transição do SNM para o sindicalismo democrático. Na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de Junho de 1974, foi abolido o estatuto de músico auxiliar e decidida a integração no novo sindicato de "todos os trabalhadores da música na mesma igualdade de direitos sindicais". Com nova denominação e estatutos, o Sindicato dos Músicos filiou-se na CGTP-IN e aderiu à Federação Internacional dos Músicos, retomando assim a ligação com o movimento sindical nacional e internacional que fora interrompida durante o período do Estado Novo.





Em 1985, Portugal adere à CEE, dando-se início à livre circulação dos profissionais da música no mercado de trabalho europeu unificado. Dois anos depois, é revogada a carteira profissional dos músicos.

PROFMUS – Ser músico em Portugal: a condição socioprofissional dos músicos em Lisboa (1750-1985)

PROFMUS · inet md Instituto de Etnomusicologia Centro de Estudos em Música e Dança · NOVA FCSH Universidade Nova de Lisboa · FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia · CASCAIS Fundação D. Luis · Associação de Educação Musical Montepio Filarmónico

www.profmus.pt

Esta exposição é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P, no âmbito do projecto PTDC/ART-PER/32624/2017

In memoriam Francesco Esposito (1964–2020)

27 DE MAIO
A 30 DE JUNHO DE 2023

EXPOSIÇÃO

SER MÚSICO EM PORTUGAL

1750-1985

uma viagem pela história
do associativismo musical em Portugal

COLÉGIO ALMADA NEGREIROS
UNIVERSIDADE
NOVA DE LISBOA
(CAMPUS DE CAMPOLIDE)

DOBRA

DOBRA

DOBRA

DOBRA